

REFORMA ADMINISTRATIVA

é a **DESTRUIÇÃO** dos
SERVIÇOS PÚBLICOS

Entrevista exclusiva com Vladimir Nepomuceno denuncia manobras irregulares e influência do setor privado na PEC 38/2025, que ameaça estabilidade, direitos e serviços públicos essenciais

Reforma defendida pelo Congresso precariza servidores, enfraquece o Estado e atinge principalmente populações vulneráveis.

BALANÇO

ADUFG-SINDICATO
REFORÇA
DIÁLOGO,
ARTICULA AÇÕES
ESTRATÉGICAS E
AMPLIA SERVIÇOS

Páginas 4 e 5

PROIFES-FEDERAÇÃO

SEMINÁRIO EBT
DISCUTE O FUTURO
DA CARREIRA

Página 7

TRAJETÓRIA

DULCE TEREZINHA:
PIONEIRA NA
NUTRIÇÃO E
REFERÊNCIA NO
MOVIMENTO SINDICAL

Página 16



Adufg-Sindicato em
tempo real

Aponte a câmera
do seu celular
e se conecte
conosco. Política,
cultura, agenda de
atividades e muito
mais. Siga-nos



É tempo de resistência

À medida que o ano se encerra, é impossível não refletirmos sobre os ataques que os serviços públicos vêm sofrendo, e, em especial, sobre a Reforma Administrativa, que avança como uma verdadeira lâmina sobre a administração pública e o direito da população a serviços de qualidade. O que nos vendem como modernização é, na prática, a destruição das estruturas que sustentam saúde, educação, ciência e cultura no Brasil. A lógica é cruel: reduzir servidores, precarizar funções, abrir brechas para o setor privado e, no fim, transferir o público ao lucro de poucos.

Em Goiás, nossas universidades federais - UFG, UFJ e UFCAT - seguem mantendo ensino, pesquisa e extensão como faróis de conhecimento e cidadania, mesmo diante de cortes, insegurança e políticas que enfraquecem a carreira docente. Nossas entrevistas exclusivas nesta edição mostram a dedicação de quem, apesar das dificuldades, mantém viva a missão de formar cidadãos críticos e preparados para o futuro.

Para nós do Adufg-Sindicato, a defesa da carreira, da democracia universitária

e dos serviços públicos não é apenas uma luta profissional: é um compromisso social. Cada decisão tomada pela direção do sindicato busca garantir que docentes e estudantes tenham condições de exercer o direito à educação pública de qualidade, e que a sociedade não seja penalizada pela ganância e pelo descaso do Estado.

Encerramos 2025 com a certeza de que o sindicato seguirá firme, resistindo a qualquer tentativa de desmonte das universidades e dos serviços públicos. O ano que vem virá com novos desafios, mas também com renovadas energias para continuar defendendo a educação, a ciência e os direitos de todos.

Que todos e todas tenham um final de ano de reflexão, resistência e esperança, renovando o compromisso com uma universidade pública forte, democrática e capaz de transformar vidas.

Boa Leitura!
Geovana Reis

Presidenta do Adufg-Sindicato

Jornal do(a) Professor(a)

21ª DIRETORIA EXECUTIVA
SINDICATO DOS DOCENTES
DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

Geovana Reis
Diretora Presidenta

Humberto Carlos Ruggeri Júnior
1ª Vice-presidente

Luciana Elias
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Marilda Schuvartz
Diretora secretária

Glaucia Carielo
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Cristiano Farias
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educaçãois e de Carreira

Flávio Silva
Diretor Financeiro

Tertius Lima da Fonseca
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Denise Paiva
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Alessandra Gomes de Castro
Diretora de Relações
Interinstitucionais

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XIII – Nº 92
DEZEMBRO DE 2025

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz (DRT 4573/GO)
Editor responsável

Lucas Milhomem
Reportagem

João Pedro Santos
Reportagem

Fotografias: Nilma Ayumi
Diagramação: Raphael Dourado
Estagiário: Julio Gabriel
Data de fechamento: 12/12/2025
Tiragem: 3.000 exemplares
Impressão: Stylo Gráfica
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com
9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280
Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

Prestação de contas

JULHO DE 2025

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	491.072,87
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	12.604,18
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	5.431,93
1.5	Outras Receitas	1.078,05
1.6	Resgate de aplicações financeiras	9.398,72
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		519.585,75

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	126.720,67
2.1.2	Encargos Sociais	70.172,41
2.1.3	Seguro de Vida	968,83
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.442,33
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	67.954,54
2.1.7	PLS s/ Folha de Pagto.	1.564,65
Total R\$		269.582,17

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	5.290,70
2.2.2	Despesas com Correios	536,88
2.2.3	Energia Elétrica	1.619,40
2.2.4	Honorários Advocatícios	16.343,28
2.2.5	Honorários Contábeis	6.050,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	0,00
2.2.7	Serviços Gráficos	0,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.055,81
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.040,02
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	1.109,84
2.2.11	Vigilância e Segurança	0,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.673,24
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	10.400,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.441,06
Total R\$		50.560,23

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	5.606,01
2.3.2	Despesas com Táxi	335,80
2.3.3	Despesas com Coral	2.850,00
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	308,27
2.3.5	Diárias de Viagens	5.171,55
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.117,27
2.3.7	Lanches e Refeições	4.216,32
2.3.8	Sextart	23.088,89
2.3.9	Patrocínios e Doações	7.678,68
2.3.10	Manutenção de Veículos	5.520,87
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Choro da Praça	0,00
2.3.14	Passagens Aéreas e Terrestres	1.850,04
2.3.15	Gêneros de Alimentação e Copa	7.721,86
2.3.16	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.556,30
2.3.17	Hospedagens Hotéis	690,00
2.3.18	Material de expediente	5.284,07
2.3.19	Outras despesas diversas	8.597,38
2.3.20	Manutenção e Conservação	8.413,96
2.3.21	Homenagens e Condecorações	1.050,00
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.250,81
2.3.23	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.986,91
2.3.24	Despesas com Sede Adm. Cidade de Goiás	1.234,36
2.3.25	Despesa com manifestações	6.780,61
2.3.26	Cópias e autenticações	311,50
2.3.27	Eventos Sd. Adm. Jataí	7.996,45
2.3.28	Eventos Sd. Adm. Catalão	6.751,47
2.3.29	Eventos Sd. Adm. Cidade de Goiás	0,00
2.3.30	Despesa com cerimônia de Posse	0,00
2.3.31	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	21.540,22
2.3.32	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.33	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.34	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		145.909,60

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	10.218,09
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	5.251,05
Total R\$		15.469,14

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	5.848,00
2.5.3	Proifes Federação	32.047,22
Total R\$		37.895,22

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		519.416,36
3 Resultado do exercício 07.2024 (1-2)		169,39

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	2.314,58
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	10.656,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	2.702,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	12.106,41
Total R\$		27.778,99

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	110,00
Total R\$		110,00

Total Geral dos Investimentos R\$		27.888,99
5 Resultado Geral do exercício 07.2024 (3-4)		-27.719,60

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.





Contexto

Movimento sindical, articulação docente, conjuntura Política, carreira, jurídico, cultura.

POR GLÁUCIA CARIELO

MULHERES VIVAS



Foto: Nilma Ayumi - Adufg

Cerca de 10 mil pessoas ocuparam a Praça Universitária, em Goiânia, em marcha organizada pelo Movimento Nacional Mulheres Vivas, contra a escalada de feminicídios e violência que assola o país. A mobilização seguiu até a Delegacia Estadual de Atendimento Especializado à Mulher (Deam). Atos semelhantes aconteceram em 20 estados e no Distrito Federal, incluindo ocupação simbólica da Torre de TV de Brasília. A mensagem foi clara: não basta lamentar, é preciso agir. A sociedade mostrou que violência contra a mulher não é caso isolado, é falha estrutural, consequência de governos que ignoram políticas de proteção e prevenção. A presença da Diretoria do Adufg-Sindicato reforçou que entidades e cidadãos têm papel ativo na denúncia e resistência. Enquanto políticos fingem normalidade, mulheres ocupam as ruas e exigem respeito, segurança e justiça.

EDUCAÇÃO QUE SALVA

Em seu discurso, a presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis reforçou que a educação é ferramenta crucial para prevenir a violência contra mulheres. “Quanto mais cedo as pessoas compreenderem o mal que a violência causa, melhor. Mulheres têm sido violentadas e mortas, e o Adufg-Sindicato considera essencial que todos se posicionem contra essa escalada”, disse.

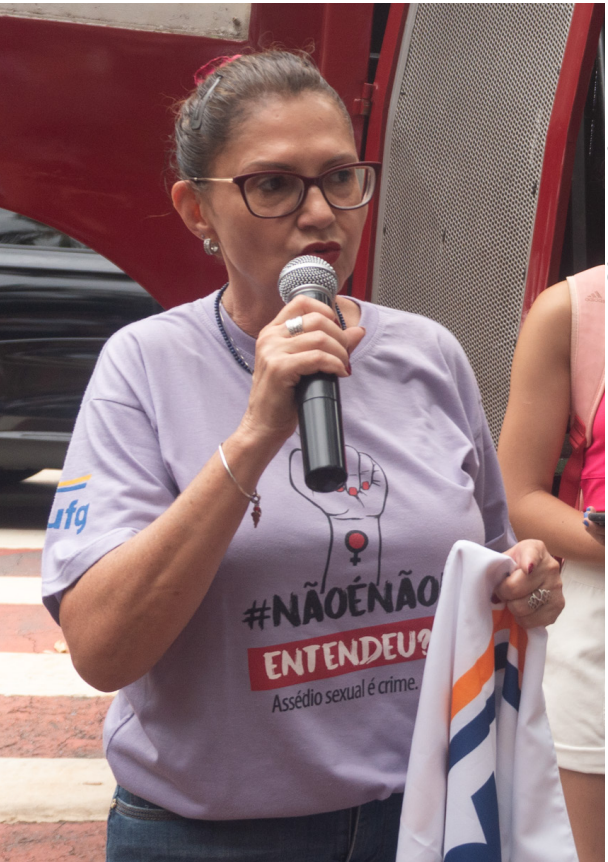


Foto: Nilma Ayumi - Adufg

COMUNICAÇÃO QUE LIBERTA

A presidenta da Associação Mulheres na Comunicação (AMC), Geralda Cunha, chamou a mídia à responsabilidade: parar de culpar vítimas e denunciar agressores. “Precisamos divulgar campanhas educativas e mecanismos de proteção, para que homens percebam que não podem se achar acima da lei e que mulheres têm os mesmos direitos que eles. Precisamos garantir que elas permaneçam vivas”, declarou, em referência direta ao nome do movimento.



Foto: Nilma Ayumi - Adufg

PARLAMENTARES CONTRA O POVO

A aprovação do PL da Dosimetria, reduzindo a pena de Bolsonaro de 27 anos para pouco mais de dois, escancara a cumplicidade dos deputados federais com o golpismo. Em Goiás, 13 parlamentares votaram a favor deste retrocesso: Célio Silveira, Daniel Agrobom, Dr. Ismael Alexandrino, Zacharias Calil, Flávia Moraes, Glaustin da Fokus, Gustavo Gayer, Jeferson Rodrigues, Lêda Borges, Magda Mofatto, Marussa Boldrin, Professor Alcides e Silvyne Alves. Democracia? Justiça? Aqui, só vale para quem tem palanque e proteção política.

ASSÉDIO SINDICAL

O mandado de segurança impetrado por um certo sindicato interestadual contra o Proifes-Federação revelou o seu verdadeiro objetivo: sufocar a pluralidade e impor hegemonia. Não é por acaso que já são mais de 60 processos contra a Federação e seus dirigentes- um típico assédio judicial disfarçado de legalidade. O Proifes nasceu como grito de liberdade frente ao autoritarismo, e nada vai calar a vontade de docentes que querem representação democrática, plural e sem censura à divergência.

VIOLÊNCIA NO PLENÁRIO

A Câmara mostrou, mais uma vez, que a democracia na prática vale só para alguns. Jornalistas foram expulsos do plenário enquanto registravam a ação policial contra deputados da esquerda, e o sinal da TV Câ-

mara foi interrompido, em flagrante ataque à transparência. A extrema-direita deixa claro: quem denuncia, é punido; quem bagunça em defesa de Bolsonaro, protegido. O episódio expõe um projeto autoritário que visa calar a imprensa, controlar a narrativa política e blindar golpistas.



Foto: Divulgação

DIRETORIA DO ADUFG-SINDICATO APOSTA NO DIÁLOGO E CONSOLIDA UM SEMESTRE DE AÇÕES INTEGRADAS

Com articulação contínua, participação em espaços estratégicos e ampliação de serviços, a gestão reafirmou seu compromisso com a categoria docente

Lucas Milhomem

Nos últimos seis meses, o Adufg-Sindicato intensificou sua atuação política, ampliou o diálogo com a categoria e consolidou ações que reforçam o compromisso da nova Diretoria com a defesa da educação pública, da democracia e dos direitos dos(as) docentes federais em Goiás. A seguir, confira os principais destaques do semestre.

Foto: Nilma Ayumi - Adufg

Atuação política e defesa dos serviços públicos

O semestre foi marcado por forte mobilização política. Em agosto, o sindicato participou do XXI Encontro Nacional do Proifes-Federação, em Florianópolis (SC), levando propostas e contribuindo com debates sobre educação, ciência, tecnologia e organização sindical.

Ainda no mês de agosto, o Adufg realizou a Conferência Livre da Mulher em Goiânia, Jataí e Cidade de Goiás. Os encontros reuniram lideranças sindicais e movimentos sociais, discutindo políticas de igualdade de gênero e dando visibilidade às demandas das mulheres do Vale do Araguaia. Delegadas eleitas representaram as etapas locais na Conferência Nacional da Mulher, em Brasília, no dia 29 de setembro, com participação da 2ª Vice-Presidenta, Luciana Elias, e da Diretora de Assuntos Interinstitucionais, Alessandra Gomes.

O Auditório do Adufg-Sindicato também recebeu importantes autoridades, como o Ministro Conselheiro da Embaixada da China, Jia Chen, e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que discutiram, respectivamente, a relação econômica Brasil-China e o fim da escala 6x1.

Em um cenário nacional de tensionamento político e avanço de pautas antidemocráticas no Congresso, o Adufg-Sindicato manteve posicionamento firme, promovendo debates, palestras e participações em manifestações. O sindicato esteve presente no Grito dos Excluídos e das Excluídas e nos atos de 21 de setembro, contra a anistia e a chamada “PEC da Blindagem”, cuja rejeição representou vitória para a classe trabalhadora. Na Mesa Nacional de Negociação Permanente, a entidade também atuou para assegurar reajustes dos benefícios dos servidores.



XXI Encontro Nacional do Proifes



Trabalhadores repudiam ataque ao serviço público em manifestação

Mobilização contra a Reforma Administrativa

A maior frente de luta do semestre foi o enfrentamento à possível retomada da Reforma Administrativa, engavetada no governo anterior e resgatada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Apresentado como modernização do Estado, o projeto ameaça a estabilidade dos servidores, fragiliza carreiras e incentiva terceirizações.

O Adufg promoveu reuniões com entidades sindicais, participou de audiência pública na Câmara Municipal de Goiânia, realizou seminário com o consultor Vladimir Nepomuceno e integrou a Marcha Nacional do Serviço Público Contra a Reforma Administrativa, em 29 de outubro.

Aproximação com a comunidade docente

O sindicato intensificou sua presença nas unidades acadêmicas. Entre julho e setembro, a Diretoria esteve reunida com as reitorias da UFG, UFJ e UFCAT, identificando demandas e fortalecendo o diálogo institucional.

No dia 2 de outubro, o Programa Integra Docente apresentou o sindicato aos servidores(as) recém-ingressos na UFG. Já entre 4 e 7 de novembro, o Adufg esteve presente na 22ª edição do Conpeex/UFG.

Outro destaque foi o projeto Adufg Perto de Você, que passou a realizar visitas nas unidades acadêmicas para ouvir as necessidades da categoria. As primeiras edições ocorreram no IESA, EECA, EMC e Faculdade de Odontologia.



Foto: Nima Ayumi - Adufg

Projeto Adufg Perto de Você busca aproximar docentes do Sindicato

Cultura, arte e valorização docente

A agenda cultural ganhou protagonismo neste semestre. Além das tradicionais festas temáticas - como o Arraiá nas unidades e a Festa dos Professores e das Professoras -, o sindicato ampliou as ações de música e arte.

O Concertos Adufg, realizado em parceria com a EMAC/UFG, trouxe apresentações de artistas renomados, incluindo Ana Flávia Frazão, Emerson Nazario, Luciano Pontes e o italiano Giacomo Copiello. Em setembro, o tenor Adriano Pinheiro encerrou a terceira edição do projeto.

O Choro na Praça, evento que celebra a música instrumental brasileira, realizou sua segunda edição com participação do Núcleo de Choro da UFG, IFG, Basileu França, Centro Cultural Gustavo Ritter e convidados.

As festas juninas voltaram em junho com o Sextart Junino, tanto em Goiânia quanto em Jataí e Catalão, valorizando docentes de todo o estado. Em outubro, o Dia dos Professores foi comemorado com programação especial nas quatro unidades do sindicato.

O tradicional Baile Adufg, maior evento anual da entidade, reuniu sindicalizados, dependentes e convidados em Goiânia no dia 22 de novembro. Jataí e Catalão também contaram com comemorações de fim de ano. A Biblioteca Comunitária ADUFG/LIBRIS também teve destaque, com atividades culturais e literárias voltadas às crianças, incluindo narração de histórias e oficinas, recebendo turmas do DEI/UFG e CMEIs da região.

Os projetos Quarta Cultural, Cineclube e Roda de Leitura seguiram reunindo centenas de participantes.



Concertos Adufg contou com apresentações de diversos artistas

Saúde e bem-estar da categoria

Na área da saúde, o Adufg-Sindicato reforçou ações voltadas ao bem-estar docente. Nos dias 13 a 15 de junho, a entidade participou da Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Goiás.

A renovação dos contratos com Unimed Goiânia e Uniodonto foi amplamente debatida em assembleias extraordinárias, com apresentação do balanço anual e definição de reajustes adequados aos participantes.

Em outubro, a Blitz da Saúde – Outubro Rosa reforçou a prevenção, o autocuidado e o enfrentamento ao câncer de mama. A campanha também ganhou materiais educativos e vídeos nas redes sociais, em um ano com previsão do INCA de mais de 73 mil novos casos no País.



Blitz da Saúde promoveu atividades de conscientização sobre o câncer de mama

Aposentados, pensionistas e outras frentes de atuação

Em setembro, o VIII Encontro de Aposentados e Pensionistas reuniu centenas de participantes em Caldas Novas, promovendo integração e valorização dos docentes que já deixaram a sala de aula.

Em outubro, representantes do Adufg participaram do 19º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas do Serviço Público, promovido pelo Instituto Mosap, cuja principal pauta foi a revogação do art. 4º da Emenda 41/2003 — que mantém a cobrança previdenciária indevida sobre proventos.

No fim de novembro, aposentados assistiram à palestra “Planejamento financeiro na terceira idade”, com o consultor Paulo Henrique Graciano.

Na área ambiental, o sindicato fortaleceu sua atuação em defesa das reservas naturais, como a Sede Campestre. Neste sentido, a entidade participou do VII Congresso Brasileiro de RPPNs e se reuniu com a Secretaria de Meio Ambiente de Hidrolândia.



NOVA POLÍTICA DE EAD: UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS DISCUTEM MUDANÇAS E LIMITES

Decreto busca ampliar o acesso ao ensino superior com a expansão do modelo semipresencial

João Pedro Santos

Imagem da internet



Educação à Distância tem se tornando um assunto importante desde a pandemia de covid-19

A Educação a Distância (EaD) voltou ao centro do debate desde a pandemia de covid-19, quando o ensino remoto garantiu a continuidade das atividades pedagógicas nas universidades. Nesse contexto, o presidente Lula assinou, no dia 19 de maio, um decreto que regulamenta uma nova política para a modalidade, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior por meio do modelo semipresencial.

Segundo o diretor do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da UFG (CIAR/UFG), professor Wagner Bandeira, a nova política fortalece a autonomia universitária, mas ainda apresenta lacunas. “Ao não indicar nenhuma menção às exigências das novas diretrizes das licenciaturas e cursos de Pedagogia, que determinam que pelo menos 1600 horas sejam cumpridas de forma presencial, esse novo decreto mantém uma condição que inviabiliza a prática de Educação a Distância para essas formações”, afirma.

Apesar disso, Wagner reforça o compromisso institucional com uma EaD de qualidade. “Por meio do CIAR, disponibilizamos o ambiente de aprendizagem institucional para todos os estudantes, de forma gratuita e sempre acompanhada dos avanços tecnológicos mais recentes. Todo o material didático produzido pelo CIAR é providenciado aos estudantes, atendendo aos protocolos de acessibilidade para pessoas com deficiência e tornando ainda mais

inclusivos os nossos cursos”, destaca.

Ele acrescenta que a presença de polos de EaD da Universidade Aberta do Brasil próximos às comunidades quilombolas facilita o acesso à educação, e lembra que a UFG tem investido na formação de seus docentes para atender plenamente essas populações. “Estamos participando do projeto de Formação para Docência e Gestão em Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, promovido pela Capes, para o qual tivemos cerca de 1500 inscritos, entre docentes e servidores da educação pública do Estado”, relata.

De acordo com a pró-reitora de graduação da UFJ, professora Sandra Benite, a instituição ainda não oferece cursos em EaD por diversos fatores. “Um dos principais pontos que desestimulam a implantação é a ausência de apoio direto do MEC, tanto em financiamento quanto em incentivos institucionais. Mesmo com mais matrículas, a UFJ não teria contrapartida financeira proporcional para custear essa modalidade, devido à necessidade de investimentos em infraestrutura tecnológica, formação de recursos humanos especializados e reorganização pedagógica”, explica. No entanto, ela ressalta que discussões nos conselhos superiores indicam possibilidade de avanço, diante da crescente demanda.

A reportagem também procurou a UFCat para comentar o assunto, mas

não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Sobre

A Nova Política de Educação a Distância aprimora o marco regulatório e estabelece diretrizes para qualificar e fortalecer a modalidade. O foco é o estudante e a valorização dos professores, garantindo infraestrutura nos polos, qualificação docente e estímulo à interação e à mediação pedagógica, independentemente da distância física.

Ao reconhecer a presença das tecnologias no cotidiano acadêmico, o Governo Federal busca diversificar formatos e ampliar as possibilidades de escolha do estudante, sem comprometer a qualidade. O modelo semipresencial passa a integrar o conjunto de opções oficiais.

Os cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia deverão ser ofertados exclusivamente no formato presencial. Demais cursos das áreas da saúde e as licenciaturas poderão ser ofertados apenas nas modalidades presencial ou semipresencial.

A implementação será gradual. As Instituições de Educação Superior terão até dois anos, a partir da publicação do decreto, para se adequar. Estudantes já matriculados em cursos que deixarão de ser permitidos na modalidade EaD terão garantido o direito de concluir a formação no formato vigente no momento da matrícula, devendo a instituição manter a oferta até a conclusão das turmas.



Diretor do CIAR-UFG, prof. Wagner Bandeira reforça o compromisso da UFG em oferecer uma educação a distância de qualidade (Foto-Gustavo Cardoso-CIAR-UFG)

IV SEMINÁRIO EBTT FORTALECE DEBATE SOBRE ISONOMIA E DIVERSIDADE DA CARREIRA

Encontro em Fortaleza reuniu docentes de todo o país e apontou caminhos para a consolidação da carreira; Adufg-Sindicato esteve representado por sua diretoria

Rafael Vaz

O IV Seminário EBTT, realizado pelo Proifes-Federação entre os dias 27 e 29 de novembro, em Fortaleza (CE), reuniu docentes de diversas regiões do País para debater os rumos e os desafios da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Com o tema “Isonomia e Diversidade de uma Carreira em Construção”, o encontro se consolidou como um espaço estratégico para a reflexão crítica e a construção de propostas voltadas ao fortalecimento dos EBTTs, carreira criada em 2008 e ainda em constante estruturação.

Durante três dias, o seminário promoveu discussões profundas sobre temas que atravessam a realidade dos docentes, abordando desde questões estruturais do trabalho até os limites e possibilidades da carreira em diferentes contextos institucionais. A edição de 2024 registrou uma das maiores participações já vistas, evidenciando o engajamento crescente da categoria e o entendimento coletivo de que a organização nacional é fundamental para enfrentar os desafios atuais e futuros.

Entre os pontos mais debatidos, destacou-se o tratamento da carreira EBTT nas universidades federais, onde ainda não há previsão legal que permita a candidatura de docentes EBTT ao cargo de reitor. As condições de trabalho também ocuparam espaço central nas discussões, com relatos sobre fatores estruturais e organizacionais que afetam o cotidiano docente, especialmente diante das mudanças no Ensino Médio. O atual modelo, marcado pela financeirização e pela privatização da educação profissional, foi amplamente criticado pelos participantes por fragilizar o papel da escola pública e com-



Foto: Proifes Federação

Seminário do Proifes-Federação discutiu desafios da carreira EBTT

prometer a formação integral dos estudantes.

Outro tema estratégico foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que enfrenta desafios específicos no âmbito do Magistério Federal, exigindo políticas mais sólidas de apoio, formação e estrutura. O direito ao recebimento do piso do Magistério e a busca por isonomia em relação ao magistério superior também foram destaques, reforçando a necessidade de alinhamento nacional para garantir avanços concretos.

Ao avaliar o encontro, o diretor de EBTT do Proifes-Federação, Romeu Bezerra, ressaltou a relevância do espaço coletivo para o fortalecimento das bases sindicais. “Espero que a gente possa em outros momentos ter debates tão intensos, ter momentos tão criativos, e que a gente possa aprofundar isso nas nossas bases, levar essa discussão para os nossos sindicatos e, a partir daí, reverberar de novo na Federação como parte da construção das bases sindicais para a política EBTT”, afirmou.

O Adufg-Sindicato foi representado pela presidenta, professora Geovana Reis, pela diretora de Assuntos Educacionais e de Carreira, professora Maria José Pereira, e pelo diretor financeiro, professor Flávio Silva. Para Geovana Reis, o seminário reafirmou o papel estratégico da articulação nacional na defesa da carreira. “Foi um encontro extremamente produtivo e importante, que contou com a presença de várias entidades. Discutimos temas centrais, do Plano Nacional de Educação à própria organização da carreira dos EBTTs”, destacou.

A diretora Maria José Pereira também

ressaltou a qualidade das discussões. “Revisamos as trajetórias de luta e conquista dos professores EBTT, analisando a recomposição salarial ao longo desses anos e a busca por isonomia com o magistério superior. Foi uma programação potente, que abordou aspectos fundamentais para a carreira e para a categoria docente como um todo”, avaliou.

Além das reflexões teóricas, o seminário apontou encaminhamentos práticos: foi proposta a criação de grupos de trabalho temáticos, a elaboração de um calendário de mobilização e a construção coletiva de uma pauta mínima para campanhas salariais e normativas. Também houve consenso sobre a importância de fortalecer a formação continuada voltada aos EBTTs e de ampliar a interlocução com outras entidades do campo educacional para construir uma frente ampla em defesa da educação pública. Representantes presentes comprometeram-se a levar as deliberações para as bases sindicais, promovendo debates locais que permitam converter as propostas em ações concretas e em peças de negociação junto ao governo federal.

No encerramento, o presidente do Proifes-Federação, professor Wellington Duarte, reforçou que os debates precisam agora se transformar em propostas concretas, especialmente diante do cenário desafiador previsto para o serviço público federal em 2026. “Nós temos que estar preparados para colocar em prática o que foi discutido aqui e apresentarmos uma proposta de campanha salarial robusta para 2027”, afirmou.



Adufg-Sindicato participou ativamente das discussões

PEC 38: ESPECIALISTAS E ENTIDADES ALERTAM PARA O MAIOR ATAQUE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DESDE OS ANOS 1990

Com tramitação acelerada, a proposta retoma pontos da antiga PEC 32, centraliza poderes, retira direitos e ameaça a estabilidade de servidores. Marcha em Brasília e especialistas denunciam origem empresarial e ausência de debate público.

Rafael Vaz

A Proposta de Emenda à Constituição 38/2025, conhecida como a nova Reforma Administrativa, tornou-se o principal foco de mobilização nacional de servidores e entidades representativas. Apresentada pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), a PEC retoma e aprofunda o projeto de desmonte do Estado já visto na antiga PEC 32/2020, do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo diante da crescente reação de entidades sindicais, parlamentares e especialistas, a proposta avança por meio de manobras que dispensam a tramitação tradicional, acendendo o alerta sobre uma possível aprovação sem debate público.

Para o consultor e assessor de entidades sindicais Vladimir Nepomuceno, especialista em políticas públicas, o grupo de trabalho responsável pelo texto tem sido totalmente irregular. “Este tipo de GT, formalmente, não existe na Câmara, não consta no regimento interno. O grupo se reuniu raramente, e metade dos 18 deputados não estava ciente da redação da PEC 38/2025, que contou com o auxílio de assessores de entidades do setor privado. Foi um GT falso, e vários deputados não assinaram porque não sabiam de nada do que estava contido nele”, afirma.

A presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis, reforça a dimensão do problema. “O maior objetivo deste grupo é acabar com o máximo possível de atendimento público para a população, terceirizando tudo aquilo que hoje é garantido pelo Estado. O que incomoda é ver o quanto isso não está sendo percebido por quem sofrerá os maiores prejuízos, caso essa Reforma avance”, avalia.



Marcha Nacional em Defesa do Serviço Público reuniu milhares de pessoas em Brasília contra a PEC-38

Origem empresarial e ataques estruturais ao Estado

Vladimir Nepomuceno acrescenta que a Reforma Administrativa é capitaneada pela classe empresarial, pelo mercado financeiro e por setores conservadores. “Os empresários dos meios de comunicação foram fundamentais para todas as tentativas de Reforma Administrativa desde a Constituição de 1988. O objetivo sempre foi desfazer o que construímos a favor do povo”, afirmou, lembrando que, no governo Collor, houve demissões em massa e fechamento de estatais.

Ele observa que, desde então, sucessivos

governos tentaram avançar com reformas semelhantes, sempre apresentadas sob o pretexto de modernizar o Estado, mas com efeitos concretos de precarização, redução de direitos e enfraquecimento das políticas públicas.

Ele alerta que a PEC cria a possibilidade de múltiplos regimes jurídicos, permitindo a fragmentação completa do funcionalismo. “Agora há autorização do Supremo para criar quantos regimes desejarem: horizontais, por área, e verticais, que atingem todas as carreiras. Isso significa direitos, salários e proteções completamente distintos. Comunidades indígenas, quilombolas e populações vulneráveis serão gravemente impactadas, já que dependem integralmente da oferta pública de serviços. Muitas dessas pessoas não têm recursos para pagar pelos serviços dos quais precisam”, diz.

O assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, explica um dos argumentos mais usados pelos defensores da PEC: o de que ela seria necessária para eliminar privilégios. “Se o objetivo fosse realmente combater excessos e mordomias, bastaria tributar a distribuição de lucros e dividendos. Fazer uma Reforma Administrativa para isso não faz sentido”, aponta.

Marcha Nacional do Serviço Público

Diante da gravidade da proposta, representantes do Adufg-Sindicato e do Proifes-Federação participaram, em 29 de outubro, da Marcha Nacional do Serviço Público Contra a Reforma Administrativa. Milhares de servidores de todos os níveis federativos ocuparam a Esplanada dos Ministérios defendendo a retirada imediata da PEC 38/2025.

A mobilização, organizada por centrais sindicais e entidades nacionais, denunciou que o texto fragiliza a estabilidade, abre espaço para perseguição política, incentiva terceirizações, reduz concursos públicos e



Foto: Rafael Vaz/Adufg

Brasília: Diretoria do Adufg marcou presença na mobilização contra a Reforma Administrativa

Foto: Nilma Ayumi/Adufg



Para Vladimir Nepomuceno, a PEC 38 representa a precarização dos serviços públicos

centraliza poderes em Brasília — ferindo o pacto federativo.

Além de demonstrar a força da mobilização, a marcha serviu para reforçar o debate sobre os impactos da Reforma na vida dos cidadãos que dependem de serviços públicos. “Estar nas ruas é uma forma de mostrar que servidores e sociedade estão atentos e dispostos a impedir retrocessos”, diz Geovana Reis. Para ela, a luta não se restringe aos servidores, mas protege a população que mais depende do Estado.

Perda de apoios

Desde que a PEC foi protocolada na Câmara, após alcançar as 171 assinaturas necessárias para iniciar a tramitação, 31 deputados federais signatários pediram formalmente a retirada de suas assinaturas. Embora o regimento interno impeça que sejam oficialmente retiradas, a ação evidencia a perda de apoio.

Mesmo assim, o relator do grupo de trabalho, deputado Pedro Paulo, afirmou que pretende enviar a PEC diretamente ao plenário, juntando-a a outra proposta em fase mais avançada, evitando passar pela CCJ ou por comissão especial. Para ser aprovada, a medida precisará de 308 votos.

Riscos e retrocessos

Segundo a deputada federal Adriana Accorsi (PT-GO), a proposta rompe com pilares fundamentais do serviço público estabelecidos pela Constituição de 1988 e representa risco direto para servidores e cidadãos.

“Essa é mais uma tentativa de restringir o serviço público e abrir espaço para privatizações praticamente ilimitadas, além da precarização do trabalho dos servidores. Vemos com muita preocupação a retomada dessa pauta”, afirmou. Segundo a parlamentar, a proposta repete a lógica das reformas trabalhista e previdenciária: “São apresentadas como modernização, mas na verdade só resultaram em prejuízos sociais”.

Ela destaca que as principais consequências serão sentidas pela população: “Hoje, o

Brasil vive a necessidade de ampliar políticas públicas, como o acesso à educação, saúde, moradia e programas de combate à fome. No entanto, a Reforma Administrativa caminha no sentido oposto, reduzindo a oferta de serviços e comprometendo direitos básicos. A exemplo da reforma da Previdência, haverá efeito cascata em estados e municípios. E isso é ainda mais grave, porque são os municípios que prestam os serviços de saúde, educação, assistência social e saúde mental de forma direta às famílias, principalmente as de baixa renda. A reforma vai afastar o Estado das camadas mais vulneráveis da sociedade. Isso é incompatível com a função social do serviço público”.

O presidente do Proifes-Federação, professor Wellington Duarte, reforça que o texto elaborado pelo grupo de trabalho é confuso e fortemente influenciado pelo setor privado, fragilizando as relações de trabalho no serviço público. “Essa reforma estabelece novas modalidades de contratação bastante questionáveis e, ao final, prejudica diretamente a população. A precarização do serviço público

vai atingir duramente, sobretudo, os mais pobres”, afirmou.

Wellington destaca que a sociedade muitas vezes não conecta mudanças que afetam os servidores com os impactos para os cidadãos: “Estamos falando de servidores das três esferas, federal, estadual e municipal. Quando o serviço público perde qualidade e estabilidade, quem mais sofre é a população que depende dele”.

O papel do Adufg-Sindicato

A presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis, alerta para a necessidade de conscientização e mobilização da categoria. “O maior desafio é enfrentar a campanha de descrcredibilização contra o serviço público e seus servidores, propagada há mais de uma década. Querem fazer a população acreditar que os servidores são responsáveis pelos problemas do Estado. Mas, quando defendemos os servidores, estamos defendendo a população que mais precisa dos serviços públicos”, diz.

Geovana destaca ainda que o fim de concursos públicos pode ressuscitar práticas de apadrinhamento político, afetando diretamente a qualidade do atendimento em áreas essenciais como saúde e educação: “Sem concursos, professores poderão ser contratados e demitidos a qualquer momento, o que prejudica as escolas públicas e toda a sociedade”.

O professor Wellington reforça que a resistência passa pelo diálogo com a população, articulação política com parlamentares e fortalecimento das bases sindicais: “É hora de cada servidor se tornar multiplicador de informações. Precisamos dialogar com a sociedade e mostrar o que essa proposta realmente representa”.

A mobilização, segundo Geovana, também depende da articulação com outros sindicatos e da população em geral. “A luta é por um serviço público de qualidade. Defender servidores significa defender o acesso da população aos direitos básicos, e é isso que precisamos reforçar em cada ação, em cada encontro, em cada debate com parlamentares e sociedade”, conclui.



Mobilização em Brasília levou servidores, membros de sindicatos e movimentos sociais às ruas

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE: UFG À FRENTE DE ESTUDO ESTRATÉGICO NA AMAZÔNIA

Estudo confirma mudanças de temperatura e da previsibilidade de precipitação nas unidades de conservação. Dados foram apresentados na COP30, realizada em novembro

Lucas Milhomem

A realização da COP30, conferência mundial sobre mudanças climáticas que ocorreu em Belém do Pará no mês de novembro, reforçou a necessidade de que as nações apresentem propostas e discutam soluções para temas sensíveis ao futuro da humanidade. Após mais de 30 anos da Rio-92, o evento ocorreu no coração da Amazônia, trazendo ao Brasil a responsabilidade de traçar estratégias eficazes diante dos desafios da preservação climática e ambiental.

Entre elas está a proteção da biodiversidade nas unidades de conservação, tema que integra o estudo conduzido pelo Laboratório Themetaland (Teoria, Metacomunidades e Ecologia de Paisagem), vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Goiás (UFG). A convite do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), o grupo passou a integrar o programa Monitora, iniciativa federal que avalia respostas de populações e ecossistemas frente à práticas de conservação e impactos ambientais.

Composto por quatro pesquisadores, entre doutores e uma aluna recém-formada, o Themetaland busca compreender de que forma as mudanças climáticas podem afetar a biodiversidade dentro das unidades de conservação. Entre os resultados iniciais da pesquisa, foram identificadas alterações na temperatura e na previsibilidade de precipitação nas unidades ao longo dos últimos 20 anos. É o que afirma o professor da UFG, sindicalizado do Adufg-Sindicato e doutor em Ecologia pela Unicamp, Paulo de Marco.

“Notamos que a temperatura aumenta principalmente nas áreas ao sul da Amazônia, historicamente mais impactadas pelo avanço do plantio de soja e pela fixação de áreas de pastagem. A próxima etapa é detectar como isso está afetando os elementos da biodiversidade, tanto para atender às preocupações do ICMBio quanto aos interesses dos povos tradicionais, traçando estratégias para que os recursos naturais continuem disponíveis”, explica o professor.

Ele destaca que um dos principais objetivos da pesquisa é garantir que as espécies não sejam extintas a longo prazo. “Se não fizermos um planejamento adequado, essas populações podem perder acesso a recursos fundamentais para sua própria existência em vários sistemas”, afirma, citando como exemplo o jaborandi e o açaí.

O pesquisador também chama a atenção para o conceito de metacomunidades, que se refere ao conjunto de comunidades locais



Foto: ICB UFG

The Metaland (ICB/UFG) firma parceria inédita para desenvolver estudos climáticos na Amazônia

interligadas pela paisagem e que sofrem processos de migração. Segundo ele, mudanças ecológicas motivadas por fatores como plantio de soja e desmatamento aumentam a probabilidade de extinção das espécies. O laboratório, então, contribui para identificar essas causas, permitindo através da pesquisa que o ICMBio estabeleça estratégias e proponha ações efetivas.

Um dos interesses futuros da pesquisa é ampliar o mapeamento para o Cerrado. “Temos grande preocupação com o sul do Cerrado, área historicamente negligenciada na discussão climática. Isso é crucial para compreender a necessidade de um olhar mais atento ao bioma.”

O convite e a atuação da universidade

O ponto de partida ocorreu em junho, com a realização de uma oficina que reuniu integrantes do Themetaland, ICMBio, WWF e gestores de unidades de conservação.

Paulo, que é um dos coordenadores da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil, explica que o Departamento de Ecologia da UFG é referência mundial em análise e criação de modelos matemáticos para sistemas naturais, mantendo histórica colaboração com órgãos ambientais. “Temos uma produção acadêmica relevante em nível mundial. Nossos cursos de pós-graduação estão entre os melhores do Brasil, e o laboratório é uma referência na abordagem quantitativa de dados da ecologia da paisagem e no estudo dos efeitos climáticos.”

Desafios e limitações no desenvolvimento da pesquisa

O avanço da direita e da extrema direita no cenário político entre 2017 e 2021 impactou diretamente a destinação de recursos científicos às instituições públicas de ensino superior. Em 2021, os cortes chegaram a R\$ 83 bilhões, queda de 62% em relação ao orçamento de 2014, segundo o Observatório do Conhecimento.

Apesar de parte do orçamento ter sido retomado com a atual gestão presidencial, o risco de descontinuidade entre mudanças de governo preocupa. “Olhando para as eleições de 2026, há um risco real de que um projeto como esse não se mantenha. Se temos 15 anos de dados e, de repente, o recurso não chega e deixamos de coletar por um ano, perdemos a possibilidade de desenvolver uma pesquisa adequada. Precisamos de bolsas, de investimento, para que o pesquisador em campo consiga produzir conhecimento”.



Integrantes do ICMBIO e do WWF Brasil participaram de oficina, em junho, que definiu as diretrizes da pesquisa de conservação ambiental

BOLSA DE PRODUTIVIDADE DO CNPQ DESTACA ATUAÇÃO DE PESQUISADORES DA UFJ

Docentes relatam conquistas, barreiras estruturais e a relevância social de suas pesquisas em Goiás

João Pedro Santos

Seis pesquisadores da Universidade Federal de Jataí (UFJ) foram contemplados com a Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme o resultado da Chamada Nº 18/2024. A seleção teve como objetivos valorizar pesquisadores com destaque em produção científica, tecnológica e de inovação; incentivar a elevação da qualidade dessa produção; e escolher projetos com rigor metodológico e relevância científica para o avanço do conhecimento.

Foram contemplados os professores Alécio Perini Martins (Instituto de Geografia – IGEO), Alexandre Pancotti (Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas – ICET), Dirceu Guilherme de Souza Ramos (Instituto de Ciências Agrárias – ICA), Edésio Fialho dos Reis (Instituto de Biociências – IB), Frederico Augusto Guimarães Guilherme (IB) e João Batista Pereira Cabral (IGEO).

Alécio, que já havia recebido a Bolsa em 2021, afirma ter ficado impressionado com a nova concessão, diante da oferta limitada. “Fazia pouco tempo que completei meu doutorado, e isso, para nós que estamos em universidades fora de capitais, é muito importante. Consegue abrir possibilidades”, destaca. Ele explica que, após a primeira bolsa, teve diversos projetos aprovados e financiados. “É muito difícil manter este patamar, por ser preciso ter uma produtividade alta, mas traz visibilidade para a instituição”, complementa.

Dirceu, cuja pesquisa foi voltada ao diagnóstico e controle de enfermidades parasitárias, reforça a dificuldade enfrentada por pesquisadores goianos para conquistar

uma Bolsa do CNPq, devido à concentração histórica nas regiões Sul e Sudeste. “Aqui, a FAPEG tem tido excelentes políticas de descentralização, que têm trazido recursos e desenvolvimento para todo o estado. Mas, de modo geral, quando consideramos agências nacionais e internacionais, a concorrência com pesquisadores das regiões Sul e Sudeste e de grandes metrópoles é desleal”, afirma.

João Batista, que estudou a presença de elementos potencialmente perigosos, como cádmio e chumbo, nos solos e sedimentos goianos, observa uma evolução no financiamento de pesquisas no estado. “Mas esses investimentos não são voltados para responder às questões que suportam as demandas de gestão do Estado e da saúde”, pondera. Segundo ele, mesmo com o crescimento, o nível de investimento em áreas como Saúde Pública, efeitos climáticos e preservação ambiental ainda é baixo. “O setor industrial, que detém a maioria do fomento, não irá resolver estes problemas”, acrescenta.

Edésio, que investigou métodos propagativos da espécie popularmente conhecida como gabioba, espera que sua pesquisa dialogue com desafios do Centro-Oeste de duas maneiras estratégicas. “Ela pode não só contribuir para a manutenção da espécie às futuras gerações, mas também para a disponibilidade de técnicas de produção de mudas que permitam a inserção no processo produtivo e a geração de renda, além de frutos em quantidade e qualidade para as comunidades regionais”, explica.

Frederico, que estudou áreas de tensão ecológica entre o Cerrado e a Mata Atlântica em Goiás, deixa uma mensagem de incenti-

vo para futuros pesquisadores. “Apesar dos desafios ao longo do caminho, manter a paixão pela pesquisa e acreditar no potencial transformador da ciência é fundamental.” Reforçando o caráter essencial da ciência para o desenvolvimento do país, ele recomenda que o leitor não deixe de acreditar no poder do conhecimento e em seu próprio potencial. “A carreira acadêmica pode ser desafiadora, mas é também gratificante e enriquecedora”, conclui.

Sobre a chamada

Na Chamada Nº 18/2024, foram aprovados 6.057 bolsistas: 5.623 em Produtividade em Pesquisa (PQ, correspondente a 40% da demanda); 85 em Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-Sr, 55% da demanda); e 349 em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (cerca de 30% da demanda). O resultado indica a concessão de mais de mil bolsas além do previsto, permitindo a ampliação e uma significativa renovação do quadro total, que reúne cerca de 16 mil bolsistas.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançou dois editais em outubro de 2024 que aumentaram o orçamento destinado à concessão das Bolsas de Produtividade, nas modalidades Pesquisa, Pesquisa Sênior e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora. O aumento foi de cerca de R\$160 milhões, equivalente a um acréscimo de 50%, em comparação com 2023, totalizando uma quantia de R\$466,7 milhões. A ampliação integra um investimento geral de R\$3,1 bilhões por parte do Governo Federal para impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação no país.



Os seis pesquisadores da UFJ contemplados com a Bolsa de Produtividade do CNPq

Foto: Composição do autor

DE CATALÃO PARA O MUNDO: A FORÇA DA PESQUISA DE GABRIELA REZENDE

Docente desenvolveu pesquisa na Purdue University e ampliou as conexões internacionais da universidade

Rafael Rodrigues

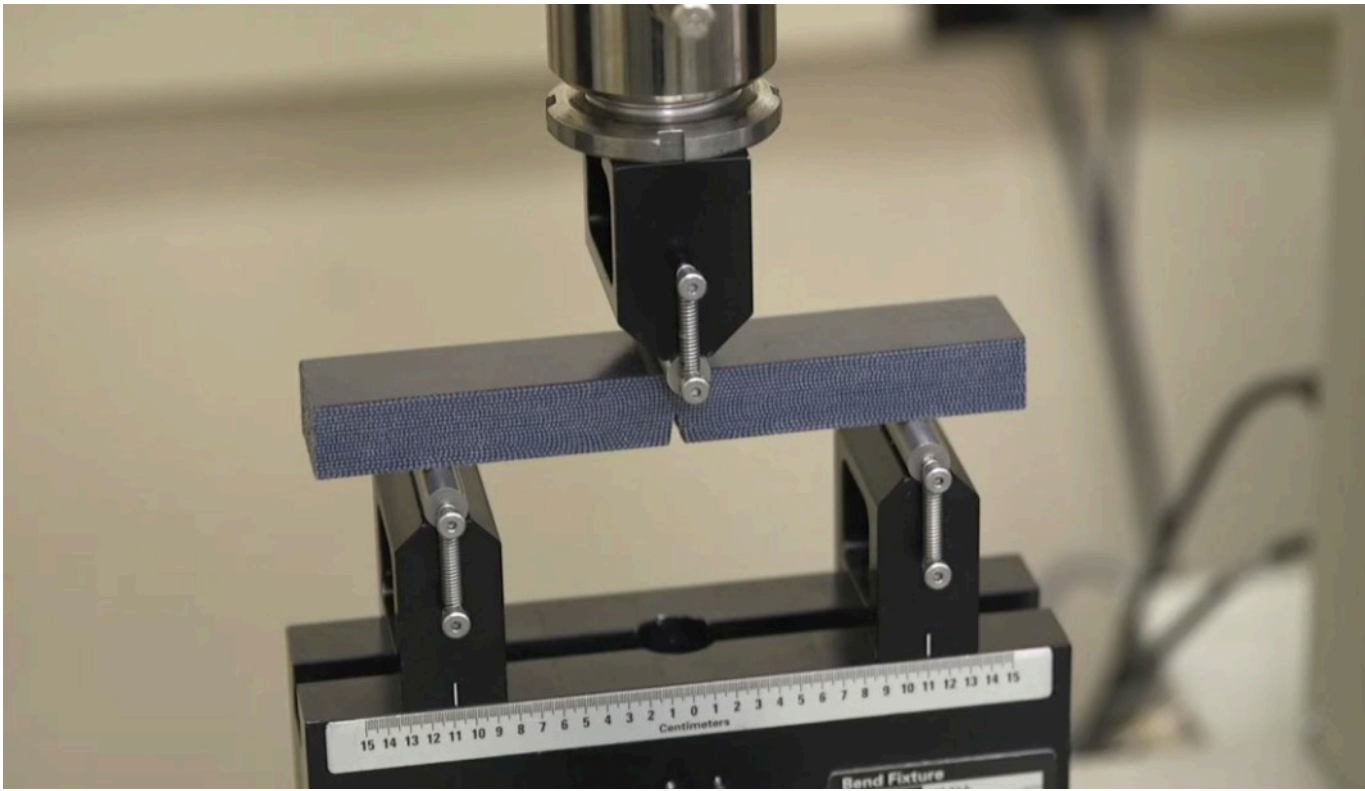
O processo de internacionalização da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) ganhou um importante reforço com a seleção da professora Gabriela Rezende Fernandes, da Faculdade de Engenharia (FENG), para uma bolsa de pesquisa do prestigiado Programa Fulbright. A docente desenvolveu, ao longo de quatro meses, atividades na Purdue University, nos Estados Unidos.

Gabriela trabalhou no projeto Numerical Modelling of Architected Cement-Based Materials, que utiliza modelagem numérica aplicada a materiais cimentícios com arquiteturas bioinspiradas. A proposta busca superar limitações como fragilidade e sensibilidade a falhas, resultando em materiais avançados e de alto desempenho para uso em diferentes setores industriais.

“Materiais com essas características podem tornar estruturas e processos mais seguros e eficientes. Além disso, o conhecimento gerado abre espaço para novas linhas de pesquisa e colaborações internacionais”, explica a professora.

No edital All Disciplines Award 2024, a Fulbright ofereceu apenas dez bolsas para pesquisadores brasileiros de todas as áreas. O financiamento, no valor de US\$ 19,2 mil, garantiu a permanência da docente nos Estados Unidos durante o período de pesquisa.

Segundo Gabriela, o processo seletivo foi altamente competitivo, considerando não



Pesquisa em modelagem numérica de materiais cimentícios com arquiteturas bioinspiradas contribui com a internacionalização da UFCAT

apenas a qualidade do projeto, mas também a trajetória acadêmica dos candidatos e de seus parceiros internacionais. “Essa é uma oportunidade única, pois nos conecta com pesquisadores de ponta e aumenta a visibilidade da UFCAT no cenário internacional”, afirma.

Os resultados da experiência têm potencial para gerar impactos duradouros na universidade. Além da publicação de artigos

científicos em periódicos de alto impacto, a professora acredita que o trabalho contribui para consolidar uma nova linha de investigação na UFCAT, fortalecer a cooperação internacional e abrir oportunidades futuras de intercâmbio.

“Esse tipo de parceria contribui diretamente para a internacionalização da UFCAT e para a formação de nossos alunos, especialmente da pós-graduação. Pode inclusive abrir portas para que estudantes desenvolvessem parte de seus estudos no exterior”, ressalta.

Para Gabriela, por ser uma instituição relativamente jovem, a UFCAT ainda enfrenta desafios na consolidação de sua produção científica. Programas de pós-graduação pequenos e limitações de recursos humanos tornam a cooperação internacional ainda mais estratégica.

“Estar em uma universidade consolidada como a Purdue, com acesso a laboratórios de ponta e tecnologias como impressoras 3D para o desenvolvimento de novos materiais, permite avançar em pesquisas que, no Brasil, ainda esbarram em limitações estruturais. Esse intercâmbio qualifica meu trabalho e fortalece a pesquisa da UFCAT como um todo”, avalia.

A conquista da professora representa mais do que um avanço individual. O projeto e a parceria com a Purdue University reforçam o compromisso institucional da UFCAT com a inovação, a excelência acadêmica e a integração global. Com a experiência internacional, Gabriela projeta sua carreira no cenário mundial e contribui para ampliar o reconhecimento da universidade na pesquisa científica.



Gabriela Rezende Fernandes, selecionada pelo Programa Fulbright, durante período de pesquisa na Purdue University (EUA)



A FICTÍCIA REFORMA ADMINISTRATIVA E O DESMONTE DO PACTO CONSTITUCIONAL.

POR ELIAS MENTA MACEDO E SAMUEL LOPES SOUTO

A PEC nº 38, que tem se denominado no corrente ano de 2025 como “Reforma Administrativa”, longe de se tratar de mera reestruturação da administração, busca impactar e mitigar o núcleo básico dos direitos sociais assegurados constitucionalmente desde a sua promulgação ainda no ano de 1988.

Todos sabemos que os setores derrotados na constituinte nunca aceitaram a Constituição Cidadã em sua integralidade e desde o dia seguinte à sua promulgação trabalham para desfigurá-la, eliminar direitos sociais e, sempre que estão diante conjunturas políticas favoráveis, avançam no desmonte das proteções sociais com foco na diminuição do estado.

O que se pretende neste curto texto, é demonstrar um dos aspectos da reforma que se reveste de maior complexidade, pois ataca toda a população e tem impacto direto para todos os servidores, sejam ativos ou aposentados, afetando até os pensionistas.

A exemplo da EC nº 19/1998, que também veio com a narrativa de Reforma Administrativa e buscou dar fim prático ao regime jurídico único, ampliando a possibilidade de contratação de temporários. Ela foi suspensa por anos por uma liminar até que o Supremo Tribunal Federal decidiu voltar atrás no seu entendimento, abrindo caminhos para coexistência de regimes e precarizações nas contratações.

Nesse percurso, inúmeras são as leis que buscam privatizações e desestatizações; ampliações de terceirizações e parcerias públicas privadas, da expansão das Organizações Sociais (OS), e na EC nº 95/2016 veio o teto de gastos de 20 anos sobre gasto com saúde, educação, segurança, programas sociais, mas, como sempre, sem qualquer disciplina para juros da dívida.

A “nova” reforma administrativa vem, nesse contexto, trazendo na redação do art. 28-A o teto em um novo teto, limitando as dotações orçamentárias relativas a despesas primárias aos valores gastos no ano anterior com no máximo da correção da inflação, buscando congelar qualquer ampliação da cobertura ou melhora na qualidade dos serviços públicos atuais.

Todas essas medidas da PEC, gestadas de forma inédita e com procedimento sem transparência na Câmara, têm a mesma lógica: precarizar o serviço público, transferindo ao setor privado a parte lucrativa, com a perspectiva de o Estado atuar como financiador. Não à toa, o projeto de Reforma Administrativa nasce de interesses do mercado financeiro e de setores empresariais, que buscam o enxugamento do Estado para transferência das atividades para os setores privados lucrarem com tal entrega desempenhar.

A leitura do texto da PEC revela a pretensão de máximo esvaziamento e desestruturação do Regime Jurídico Único (RJU),

sendo esta uma das mais severas rupturas constitucionais em curso. A ampliação dos contratos temporários e a permissão da figura do concurso com prazo de validade, coexistindo servidores/trabalhadores com diferentes modalidades de contratação e regimes, compromete a isonomia entre servidores, a estabilidade das carreiras e a própria profissionalização do serviço público, afrontando princípios como a impessoalidade e a eficiência.

Esse movimento traz uma consequência drástica e aferível de forma lógica, pois se os regimes próprios terão menor ingresso, contingente de pessoas e menor arrecadação, a consequência é evidente e levará a deficiência do regime com a caracterização de déficit que, desde a Reforma Previdenciária da EC n. 103/2019, tem sua consequência já prevista no art. 40, §22º, X, art. 149, §1º-B e C, que trouxe a “instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas”, representando, em verdade, a efetiva possibilidade de minoração de recebimento líquido para o servidores, inclusive, para aposentados e pensionistas.

Parece-nos que a defesa do serviço público neste caso não é uma pauta meramente corporativa, pois o enfraquecimento do Estado implica diretamente no enfraquecimento dos direitos fundamentais e a chamada Reforma Administrativa, tal como vem sendo desenhada, não moderniza o Estado. Pelo contrário, ela o desconstitui, destrói parte fundamental do pacto, ataca diretamente a sociedade e a população que contará com menos saúde, educação, segurança e os outros sociais direitos previstos.

O convite que fazemos é para se resistir a esse projeto, não apenas como um direito político, mas como dever constitucional de toda a sociedade, em especial para aqueles que acreditam que já não podem mais ser atingidos, como os aposentados, pensionistas ou que já reuniram os requisitos para se aposentarem, que poderão sofrer consequências diretas em paralelo com toda defasagem da gama de direitos sociais que a população sofrerá pela diminuição de serviço, servidores e servidoras públicos. Não basta que cheguemos à mesma conclusão de Ulysses Guimarães em uma entrevista na saída do Congresso, ao ser questionado sobre a qualidade daquela legislatura. Ele respondeu: “se você está achando ruim esse Congresso é porque não viu o próximo” e a história, infelizmente, tem demonstrado seu acerto. Legislatura após legislatura, é necessário que se tenha um plano concreto de atuação e pressão para que se coíba que tão frontal ataque ocorra e se concretize na vida de toda população, desmontando o pacto constitucional, em especial ao seu conteúdo social, afetando, diretamente os servidores e servidoras públicos.



O QUE O YOGA MUDA NA VIDA DE QUEM ENSINA

Modalidade oferecida pelo Espaço Saúde do Adufg-Sindicato
traz benefícios físicos, mentais e emocionais

João Pedro Santos

Foco. Essa foi a principal razão que levou a professora Keila Correia de Alcântara, da Faculdade de Farmácia da UFG, a começar a praticar yoga no Espaço Saúde do Adufg-Sindicato. “Ouvia vários relatos de amigos dizendo que [o yoga] ajudava a melhorar a concentração. Foi nessa busca por uma qualidade melhor na saúde que comecei a praticar”, conta. Não demorou, porém, para que Keila descobrisse que o auxílio na atenção era apenas a ponta do iceberg diante do que a atividade tinha a oferecer.

Com origem estimada em cinco mil anos, o yoga surgiu na Índia como uma disciplina espiritual e define-se como uma prática voltada à evolução do ser humano em todos os aspectos da existência, buscando o controle do corpo e da mente. Esse autodomínio sobre as emoções foi um dos resultados percebidos por Keila ao longo das aulas. “O processo de meditação e relaxamento me ajudou a lidar com os cansaços e as agitações do dia a dia. Além disso, o yoga possibilitou regular meus sentimentos por meio da respiração e me deixou mais forte, fisicamente e mentalmente”, relata.

O impacto das atividades na rotina de Keila foi tão significativo que algumas práticas passaram a fazer parte do seu dia a dia. A docente acredita, inclusive, que a disciplina deveria ser incorporada como política de bem-estar e saúde mental nas universidades públicas. “Diversas vezes chegava mal-humorada e triste [no trabalho], pensando que não conseguiria estar presente para os

alunos. Comecei a perceber que saía mais feliz e mais calma após as aulas de yoga. É claro que, em alguns momentos, pode ser que a gente não consiga [estar feliz e calmo], mas só o fato de estarmos ali, saindo da nossa rotina, já é um começo”, afirma.

Ensinando as práticas

O professor Isaac Freire, responsável pelas aulas de yoga no Espaço Saúde do Adufg-Sindicato, foi introduzido à disciplina por meio de livros que leu durante sua vivência no teatro. À medida que se aprofundava, percebeu que poderia construir uma carreira como instrutor. “Desde que me formei pela Federação de Yoga de Minas Gerais em 1999, estive ativo tanto no ensino quanto no exercício”, afirma. Ele diz ter encontrado sua verdadeira vocação nas aulas: “Acho que vou continuar fazendo isso durante toda a minha existência”.

Ao tratar dos benefícios do yoga, Isaac os divide em três dimensões: física, mental e emocional. “Na mesma aula, trabalhamos essa convergência. Durante um exercício, digo para um aluno se concentrar em uma parte específica do corpo e, ao mesmo tempo, mentalizar uma espécie de luz que irá gerar um efeito emocional, mental e físico. A ideia do yoga é justamente trazer essas três vertentes de melhorias para uma única ação”, explica. Segundo o instrutor, essa abordagem integrada amplia a consciência corporal, melhora o gerenciamento das emoções e fortalece o foco no presente.

Quando se refere especificamente aos

docentes, Isaac afirma que o yoga não só contribui para a longevidade e a disposição, como também ajuda a transmitir confiança e autoridade em sala de aula. “Já ensinei professores que tinham dificuldades na disciplina de alunos, dizendo a eles: ‘Quando você entra na sala, você já projeta o seu campo magnético, e isso impõe respeito’. Não é sobre o assunto da aula, e sim sobre as questões do movimento e da comunicação. Tudo, incluindo os ritmos respiratório e cardíaco, impacta quem está aprendendo”, destaca. Para ele, a consciência do papel social é essencial para que o professor auxiliado pelo yoga consiga se posicionar como “um mestre”. “Dessa maneira, a presença em sala já causa um efeito antes da primeira palavra”, complementa.

Isaac ressalta que é sempre positivo ter mais praticantes de yoga em qualquer ambiente, mas a disciplina se torna ainda mais necessária no contexto universitário. “Estamos lidando com profissionais em formação, e eles precisam expandir a consciência do papel que têm na sociedade. Dessa maneira, acabamos formando pessoas melhores”, avalia. Para quem deseja iniciar, o instrutor resume seu conselho: “Pratique. Venha praticar e sentir os efeitos de uma vida mais plena, saudável e realizada, porque tudo começa dentro da gente. Quando você se sente bem, todo mundo percebe. O yoga parte dessa premissa de você estar bem consigo mesmo e com o todo, e muito se deve ao esforço que a pessoa faz para alcançar este estado”, conclui.



Yoga traz benefícios físicos, mentais e emocionais, segundo o instrutor Isaac Freire

ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO DE LIVROS PUBLICADOS PELO CEGRAF UFG



Geografias com Maria Geralda de Almeida: percursos, partilhas e epifanias

Volumes 1 e 2

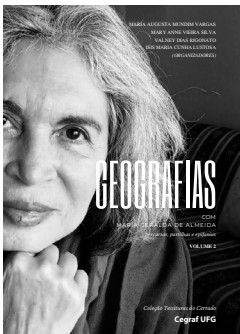
Valney Dias Rigonato
Maria Augusta Mundim Vargas
Isis Maria Cunha Lustosa
Mary Anne Vieira Silva
(organizadores)

Volume 1

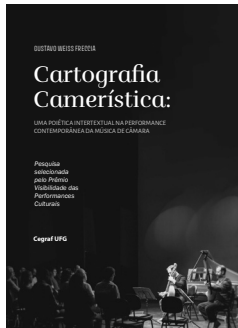
Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1151-5
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Volume 2

Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1149-2
Disponível em: portaldelivros.ufg.br



Esta publicação é uma homenagem à Maria Geralda de Almeida: a mineira de origem, dotada de alma nordestina, a professora, a doutora que, antes de tudo, marcou-se na paisagem, no espaço, no lugar, no território, na região ou onde almejassem, como a guerreira mulher-brasileira. São percursos, partilhas e epifanias aqui alinhavados, que estão sensivelmente organizados e trazem as grafias dos trabalhos e experiências vividas pela e com a homenageada. Estão reunidos, nos tomos I e II, vinte capítulos – nove no primeiro volume e onze no segundo –, adensados por percursos com Maria Geralda. Concretizam-se, assim, as duas coletâneas, relevantes nos argumentos geográficos, também antropológicos, e das con(vivi)alidades com a Maria vivaz, a Geralda sagaz, coligadas de Almeida, portanto, maestra na sua totalidade acadêmica, sendo o seu legado um exemplo superior a meio século de experiências nas (geo)grafi(cidades) mundiais.

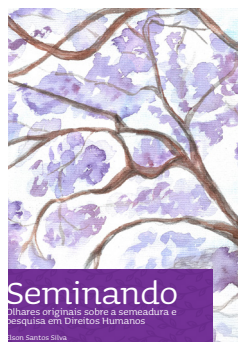


Cartografia camerística: uma poética intertextual na performance contemporânea da música de câmara

Gustavo Weiss Freccia

Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-0990-1
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Nesta publicação, o autor cartografa sua experiência com a música de câmara ao longo de seu transcurso de doutoramento. Essa experiência inclui sua participação em recitais e a apreciação e proposição destes espetáculos. O relato dessas atividades comprova as relações performáticas desses eventos de características tão próprias no universo da música erudita ocidental escrita/de concerto. O livro apresenta o papel criativo do musicista em todo o processo envolvido numa performance musical. Nele encontramos a atualização do entendimento tradicional deste gênero musical em estrita correlação entre o passado e o presente. Em tempos pandêmicos, sem perder o caráter intimista, o autor entrecruza música e literatura de maneira poética. Estende para a rede social a partilha de sons, fragmentos de textos e afetos, abstendo-se do lugar tradicionalmente privilegiado da música de câmara.

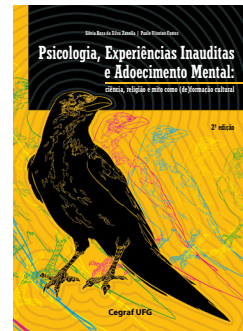


Seminando: olhares originais sobre a semeadura e pesquisa em direitos humanos

Elson Santos Silva
Cerise de Castro Campos

Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1116-4
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Seminando celebra uma ciência viva e plural, onde diferentes áreas do saber se entrelaçam para responder às demandas complexas dos direitos humanos. Direito, Filosofia, Sociologia, Saúde Pública e Antropologia, entre outros campos, convergem para oferecer perspectivas inovadoras e críticas sobre os desafios contemporâneos. Essa abordagem permite que os textos dialoguem com a vida, promovendo reflexões éticas e respostas práticas às contradições e necessidades sociais. Esta coletânea é uma declaração de compromisso com a ciência como ferramenta de transformação. Ao integrar saberes diversos, os textos apontam para caminhos que inspiram práticas educativas e ações concretas nos direitos humanos. Que ela sirva de inspiração para todos aqueles que buscam semear ideias, compartilhar saberes e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.



Psicologia, experiências inauditas e adoecimento mental: ciência, religião e mito como (de) formação cultural

Silvia Rosa da Silva Zanolla
Paulo Vitorino Fontes

Formato digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1126-3
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-1025-9
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Este livro nos convida a pensarmos em um terceiro giro, aquele da razão à irrazão, do sujeito ao homem, levando a cabo a profundidade da antropologia aos recôncavos inauditos, inefáveis, indeterminados e, por isso, muitas vezes abandonados, relegados ao esquecimento. A subjetividade e a loucura apresentam-se em espaços-tempo mais amplos da saúde, da educação, da cultura e da sociedade; questiona-se o tributo político-científico da Psicologia, o seu olhar face às experiências anômalas, (in)comuns ou inauditas; confronta-se a Psicologia com a pseudociência, abordando o negacionismo, o anti-intelectualismo, a superstição e o misticismo, delimitam-se fronteiras e estabelecem-se limites; e analisam-se dados relativos a experiências de quase morte (EQM). Tudo isso em prol de uma vida integral e saudável.



Paulo Freire: esperança e movimento

Keides Batista Vicente
Rodrigo Bastos Daude

Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1098-3
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0947-5

Este livro faz parte das homenagens ao centenário de Paulo Freire, considerado o patrono da educação brasileira. Apresenta estudo feito em diferentes obras de Paulo Freire, escritas no exílio no Chile ou por análise desse período de prisão, asilo e exílio político. Reflete sobre a educação libertadora, que desmascara o caráter opressor da elite dominante que cria uma realidade injusta e não oferece meios de superá-la. Assume a educação como ato de conhecimento e de conscientização, na qual o educando vai conhecendo o mundo e seu lugar nele. Alerta que quando a opressão reaparece, como nos dias atuais, a atualidade do pensamento de Paulo Freire se avoluma, ajuda a compreender os movimentos conservadores e reacende a necessidade da resistência. Defende que se Freire compreendia a educação como ação política, a espiritualidade que a ela se liga também revela a preocupação com o diálogo, a construção do bem comum e a profunda preocupação de que a vida humana seja plena de espiritualidade. Demonstra que o professor que segue a teoria freiriana, qualquer que seja seu campo científico, entende a educação muito além dos conteúdos indicados pelos currículos conservadores e bancários que devem ser depositados nas mentes dos alunos. Analisa dois importantes movimentos dentro da UEG: o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza/UEG, sob a perspectiva freiriana.



Performances da recepção

Sebastião Rios
Lara Satler
Grécia Falcão

Formato: digital (*e-book* / PDF)
ISBN: 978-85-495-1108-9
Disponível em: portaldelivros.ufg.br

Performances da recepção é uma coletânea de textos dedicados a dimensionar a diversidade de expressões culturais da atualidade e suas formas particulares de produção e apreciação diante do ecossistema midiático. Organizado em dois eixos, o livro traz questões sobre recepção e aborda temáticas relativas à circulação. No eixo recepção o enfoque nas mídias aparece como pano de fundo, já no segundo eixo os modos de circulação e apropriação de bens culturais têm maior destaque sob o olhar atento dos autores sobre os usos operativos das TIC. Ou seja, nessa sessão, as mídias parecem funcionar como catalisadores de certos vínculos entre os universos culturais dos produtores e receptores.

Acesse
portaldelivros.ufg.br



A HISTÓRIA DE DEDICAÇÃO DE DULCE TEREZINHA

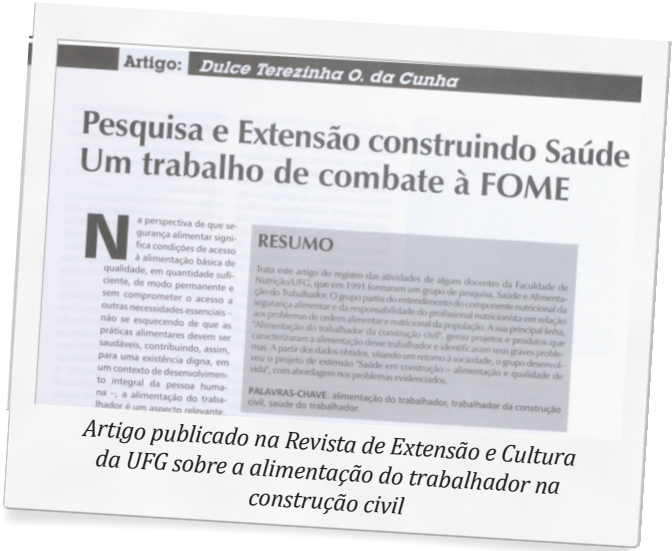
PROFESSORA FOI PIONEIRA NA ÁREA DA NUTRIÇÃO, ATUOU NO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E TEVE PAPEL ATIVO NO MOVIMENTO SINDICAL

Lucas Milhomem

Quem vê a professora Dulce Terezinha Oliveira da Cunha andando pelos corredores do Adufg-Sindicato não imagina a importância do seu legado profissional. Natural do Rio de Janeiro (RJ), a professora aposentada da Faculdade de Nutrição (FANUT) iniciou sua carreira na UFG em 1977 e, desde então, construiu uma trajetória marcada pelo comprometimento e dedicação, sendo pioneira no fortalecimento das políticas de segurança nutricional e voltadas à proteção dos trabalhadores civis em Goiânia.

Dulce atuou como docente, gestora e pesquisadora, sendo essencial na defesa da alimentação como direito coletivo e na consolidação do campo nutricional nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão em Goiás. Ela coordenou o primeiro curso de especialização em Alimentação Institucional da UFG, foi diretora da FANUT e representou a universidade em eventos nacionais e internacionais.

Acompanhe nesta edição do projeto Trajetória mais detalhes da carreira e da atuação sindical da professora aposentada.



Pioneira do curso de Nutrição

Juntamente com as docentes Iara Barreto, Maria Batista e Maria de Fátima, Dulce Terezinha ajudou a fundar o curso de Nutrição em 1975 na UFG, o primeiro da região Centro-Oeste e o nono em funcionamento no país. Ela conta que foram inúmeros os desafios na implementação da graduação, desde a criação de ementas e resoluções até a estruturação do curso.

Inicialmente vinculado à Faculdade de Enfermagem (FEN), o desmembramento em duas unidades acadêmicas ocorreu em 1996, com a criação da Faculdade de Nutrição (FANUT/UFG). Dulce conta que a área era pouco conhecida e que o perfil dos alunos era formado, em sua maioria, por mulheres.

“Eram alunas diferenciadas, estudiosas, comprometidas. Isso pendura até hoje e é um perfil característico da FANUT. Hoje, o cenário é completamente diferente, é uma profissão que tem a sua importância devidamente reconhecida”.

Atuação no fortalecimento da política nutricional

Uma das principais contribuições da professora foi a luta pelo fortalecimento da segu-

rança alimentar e nutricional em Goiás. Ela foi fundadora e presidenta do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiás (CONESAN-GO) e conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

A professora também se orgulha de ter coordenado o Projeto Multicêntrico Medir e Pensar, que originou o Registro Fotográfico para Inquéritos Diabéticos (UNICAMP/UFG), um dos primeiros guias de apoio ao paciente com diabetes.

Em outra frente, coordenou o projeto de extensão “Saúde em Construção”, pesquisa voltada aos desafios nutricionais do trabalhador da construção civil de Goiânia. O objetivo era identificar os riscos ligados à segurança alimentar e incentivar a proposição de melhores condições de trabalho pelos sindicatos e entidades representantes. Surgiram então a política “Alimentação do Trabalhador da Construção Civil” e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Importância do movimento sindical

Dulce relembra com orgulho o início de sua trajetória no movimento sindical. Ela destaca a participação ativa na criação do Adufg-Sindicato e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público



Foto: Arquivo/Adufg

Federal (Sintsep-GO), com apoio do professor Ary Monteiro do Espírito Santo.

“Desde as primeiras greves, nós trabalhávamos ativamente. Participávamos de passeatas contra os desmontes da educação. Mais recentemente, também trabalhei bastante pela apensação da PEC 06/24 à PEC 555/06, pelo fim da cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas. Fomos ao Congresso Nacional colher assinatura dos deputados”.

A professora destaca ainda o crescimento do Adufg-Sindicato desde sua criação e reforça que a entidade vai além da força política, prestando outros serviços aos filiados.

“Considero o Adufg um sindicato diferenciado no sentido não apenas da atuação política e sindical, como também na área de assistência. Ele cuida dos seus filiados. Nós temos a parte da saúde e um espaço todo voltado ao entretenimento, com sarau, oficinas de arte e outras atividades. É uma entidade que acolhe os aposentados, o que é um diferencial”.

Acolhimento e participação

Ela participa das oficinas de pintura do artista plástico Alexandre Liah e já expôs suas produções em uma vernissage da Quarta Cultural, em fevereiro. Mas o destaque maior é o grupo Travessia, formado por aposentados, do qual Dulce é uma das coordenadoras.

Todos os meses, é feito um happy hour para celebrar o aniversário dos integrantes do grupo e, nas festas de fim de ano, é realizado um amigo secreto. O projeto “Vai quem quer” também é uma atração do grupo, que ocasionalmente reúne os aposentados na Sede Campes- tre para lazer e diversão.

A professora enaltece o papel sindical na criação do elo com a universidade. “O comum é que o aposentado perca o vínculo com a instituição. Eu sempre digo que o Travessia é a minha salvação. O Adufg é a minha segunda casa. Vou em tudo e gosto de estar sempre presente”.